



# Anais da Assembléia

Nº 167

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1975.

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 247ª SESSÃO ORDINÁRIA  
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)  
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1975  
(Segunda-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, ERnesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Antonio Facci, Deni Schwartz, Jorge Sato, e Otássio Pereira (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob os nºs 312 e 311/75 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

164/75: Oriundo da Mensagem Governamental sob o nº 94/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 2.000,00, ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar — FEPPA, o qual convertido em Lei tomou o nº 6.740, Projeto de Lei nº 164/75. — **Agradeça-se.**

119/74: Do Senhor Deputado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo doar ao Banco do Estado do Paraná S/A., os lotes de terreno nºs 4 e 5, da Quadra 38 da Planta da Cidade de Tapejara do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o número 6.739. — **Agradeça-se.**

### REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Accioly Neto, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 143/75.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental,

requer a inserção em ata de voto de regozijo pelo transcurso, ontem do 23º aniversário do município de Peabiru.

Situado na região norte do Estado, de colonização mais recente e por isso mesmo denominado Norte novo, o município de Peabiru em apenas vinte e três anos logrou alcançar um nível formidável de desenvolvimento, colocando-se entre os que desfrutam, no contexto econômico paranaense, de invejável posição. A sua contribuição à economia estadual primária, pelos volumes de produção de trigo e soja, especialmente, o credencia perante o Paraná que lhe fica a dever, através os poderes constituídos, reciprocidade de esforço e atenção. O seu povo consciente de suas obrigações para com o Estado e a Nação, comemorou ontem, 14 de dezembro, com justo júbilo, a passagem da data consagrada à emancipação política do município, demonstrando a aspiração unânime de, vencida uma etapa, enfrentar os desígnios do futuro, com trabalho redobrado, ânimo patriótico e a altivez própria dos vencedores. Deve, pois, esta Assembléia Legislativa, prestar hoje a sua homenagem a Peabiru.

Requer-se também que, da decisão do plenário, se dê ciência ao Prefeito municipal e Câmara de Vereadores de Peabiru.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO —

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado apelo a Sua Excelência o Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado, a fim de que seja determinada a instalação de um Posto de Identificação, no vizinho município de São José dos Pinhais.

Tal medida se justifica plenamente, tendo em vista o crescente desenvolvimento que vem apresentando aquele município integrante da Região Metropolitana de nossa Capital, nesses últimos anos.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Secretário de Educação e Cultura, Francisco Borsari Neto, apelo no sentido de que seja determinada a extensão dos níveis de 5º a 8º no Grupo Escolar de Barro Preto, do vizinho município de São José dos Pinhais, visando desta forma atender a mais de 500 crianças e adolescentes que residem naquela localidade.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentalmente, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja

enviado aos Órgãos Públicos da República e dos Estados, na pessoa de seus titulares, fotocópias do Projeto de Lei nº 182/75, que trata da Instituição do Sistema Euclydes de Identificação cujo Projeto conta com a participação e assinaturas da maioria absoluta dos Senhores Deputados.

Solicita seja acompanhado ao aludido projeto, além da sua justificativa, o dossier em anexo.

O objeto deste são às seguintes autoridades:

Ao Exmo. Senhor Presidente da República;

Aos Senhores Ministros de Estado;

Aos Exmos. Governadores de Estado;

Aos Exmos. Governadores de Estado;

Ao Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral;

Ao Sr. Presidente do SNI (Brasília);

Ao Sr. Diretor do Departamento de Polícia Federal - DF;

Ao Sr. Diretor do Instituto Nacional de Identificação;

Às lideranças da Arena e MDB do Senado Federal;

Às lideranças da Arena e do MDB da Câmara dos Deputados;

Às lideranças da Arena e MDB das Assembléias Legislativas;

Ao Senhor Diretor do CONTRAN, em Brasília;

Aos Diretores do DETRAN, de todos os Estados;

Aos Governadores dos Territórios.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) ADALBERTO DAROS

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o requerimento, face a necessidade esclarecedora às nossas autoridades do Estado e da República, em inovar o atual sistema de identificação civil, bem como da emissão de carteiras nacionais de habilitação e mesmo do atual sistema de títulos eleitorais.

A nossa posição louva-se por um sistema de identificação mais rápido, prático, de menor custo e que suas cédulas sejam definitivamente infalsificáveis.

É pensamento e desejo do requerente, como o foi dos Senhores Deputados Paranaenses, em dar ao Brasil o nível de igualdade com os países considerados mais desenvolvidos, no tocante ao novo sistema de identificação que se propõe, visto o mesmo oferecer garantia e segurança não só ao Estado, mas também aos seus concidadãos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, a inserção em ata, de manifestação de congratulações desta Casa, dirigida às autoridades, dirigentes, professores de Educação Física e à representação maringaense, pela retumbante conquista do 1º lugar na Décima Nona Fase dos Jogos Abertos do Paraná, levada a efeito no período de 8 a 14 do corrente mês, na cidade de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente,

Toda Maringá está engalanada, embevecida, glorificada e orgulhosa.

É ela, a cidade-Canção, Campeã dos Jogos Abertos do Paraná, na XIX fase-versão 1975.

Uma série de importantes fatores contribuíram para o êxito dessa gloriosa jornada. Ressaltamos, de início, o espírito organizador do Departamento de Educação Física e Desportos da SEC, sob a competente direção do Professor Valdemar Gonçalves que assegurou um perfeito andamento do calendário esportivo determinado para o certame e um desenrolar incriticá-

vel das disputas, onde prevaleceu soberamente a disciplina e o espírito de competitividade pura e voltada para sadios ideais. Entendemos esses méritos ao coronel Alfredo Bordim também, presidente da Comissão Central Organizadora.

Reverenciamos a presença fidalga e cavalheira, numa mostra sintética do decantado espírito de hospitalidade da cidade de Paranavaí, na pessoa do dinâmico e ilustre prefeito Benedito Pinto Dias, que não mediu esforços objetivando que seu município sediasse, com galhardia e honra, delegações representantes de dezenas de cidades paranaenses.

Nossas homenagens acolhedora população paranavaíense que, de coração aberto, transformou sua cidade em segundo lar das delegações ali sediadas.

Levamos nosso abraço fraterno e nosso reconhecimento à figura combativa e consciente e nosso reconhecimento à figura combativa e consciente de Sérgio Abujamra, cuja capacidade para gerir os destinos da Secretaria de Desportos do município de Maringá, mais uma vez foi reafirmada.

Com emoção, com orgulho e com toda satisfação tributamos nossas mais efusivas homenagens, nossos mais sinceros agradecimentos, à heróica delegação maringaense, pela conquista dos louros da vitória. Nossos atletas voltaram de Paranavaí, com suas camisas suadas, cansados, mas com o maior dos sorrisos estampados em suas faces. Representaram magnificamente sua cidade, e Maringá, mais uma vez, se orgulha de seus filhos.

E o tributo de toda Maringá ao prefeito Silvio Barros, que teve a emoção e satisfação maior de, nesse seu mandato frente à Prefeitura de seu município, viver a alegria de ser campeão dos JAPs, pela segunda vez, graças a estrutura para isso montada em sua administração. São ginásios de esporte, são piscinas, são pistas de atletismo implantados para as necessárias condições da prática do esporte, para o amoldamento do físico, da cultura, da moral e do espírito de competição que caracteriza Maringá, cidade predestinada para ser CAMPEÃ.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) – Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Recentemente, o líder do MDB nesta Casa, fez um pronunciamento rebelando-se contra as manifestações de um Deputado da Arena, feito em programa de televisão. O protesto firma va-se contra a assertiva de que o Partido estaria ligado àqueles que buscam perturbar a ordem no País, ou seja, os comunistas.

A reação do líder oposicionista foi categórica, chegando a exigir provas sob pena de responsabilizar o deputado arenista de acordo com a Lei.

Ficamos imensamente satisfeitos com o pronunciamento do Líder, porque ele consubstancia a vontade da Oposição de preservar o País, contra o inimigo da Pátria, de nossas mais sagradas tradições e valores nacionais. Fazemos votos de que a Oposição se una a nós da Arena e às autoridades constituídas para juntos combatermos o inimigo comum.

Em recente pronunciamento feito em Porto Alegre, o Professor Edgar Cesar Sampaio, em sendo membro permanente do Corpo da Escola Superior de Guerra, foi taxativo ao afirmar: “A tática comunista consiste em infiltrar-se nos partidos da Oposição e nos movimentos reivindicatórios da juventude”. Segundo o Professor, estes, são os elementos mais sensíveis à infiltração. Referiu-se ainda à importância que o Brasil representa para aquela ideologia, como ponto chave para a América Latina e foi claro ao dizer que há indícios, segundo publicações feitas no exterior, de que existe um trabalho subterrâneo de subversão.

Cientes desses fatos e considerando a pronta reação da

liderança emedebista nesta Casa, é que ficamos imensamente felizes.

A pronta e vigorosa reação demonstra que tantos os políticos da Situação, quanto da Oposição nutrem idênticos sentimentos de repelir o inimigo da Democracia e da Liberdade.

Foram constantes os pronunciamentos relativos ao Ato Institucional nº 5, cuja totalidade o condenava.

No dia 13 último, transcorreu o sétimo aniversário de sua vigência. Certamente, muitos farão a análise quer das tribunas, quer através da imprensa. Aproveito o ensejo para manifestar a minha posição com relação ao Ato Institucional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Afirmou-se que a existência do AI-5, fere a Constituição, é anti-democrático e atinge os direitos humanos. Não é este o nosso entendimento. Durante os seus sete anos, ele jamais foi usado para praticar arbitrariedades, para punir os cidadãos honestos e patriotas. Foi usado para expungir da vida pública os corruptos e os subversivos. Recentemente foi aplicado ao Senador da Arena Wilson Campos e aos componentes corruptos da Embaixada na Polônia.

Nosso entendimento é no sentido de que a permanência do AI-5, cuja finalidade visa os corruptos e subversivos, bem como todos que promovam agitação perturbam a ordem e consequentemente impeçam o trabalho ordeiro e honesto, deve existir. Deve permanecer para que haja paz social e tranquilidade no país.

Durante os sete anos, nenhum brasileiro bom e honesto e que cumpre com o seu dever para com a Pátria e para com o seu semelhante, que luta para o bem estar de sua família e da coletividade, viu-se cerceado, foi punido, nem sequer sua liberdade de ação foi tolhida.

Gozou e goza de todas as liberdades, como locomoção, expressão de pensamento e atividade particular.

Por estas razões somos de opinião que a permanência de instrumentos capazes de coibir aqueles que desejam subverter a ordem, devem permanecer na mão do Governo. Democracia nunca significou desordem, baderna, subversão da ordem. Por esta razão ela tem que se munir de legislação em condições de sua auto-sobrevivência. Não se pode confundir liberdade com desordem. A ordem se não for livremente aceita e praticada para o bem de todos, deve ser imposta.

Por estes motivos, desejamos fazer um apelo às autoridades constituídas da Nação. Se existir um pensamento visando a extinção do AI-5, deve haver mudança da Constituição, para inserir dispositivos suficientes a fim de que o Governo possa a qualquer instante e prontamente agir contra os abusos, quer no sentido de corrupção, quer quanto respeita à agitação. Ninguém em sã consciência, pode admitir que forças estranhas, cujo fim único é a desordem, e sabedores que são, de que galgado o poder, no regime que eles pregam, tudo passa para o Estado, atingindo por isso o poder econômico, passando lhes a viver a vida dos ricos, escravizando daí, sob seu tãção, todo o povo.

Efetivamente, em regime assim chamados os Democracias populares, nada mais ocorreu do que a tomada de poder pela satisfação de seu egoísmo a custa do sacrifício de povos inteiros.

Em verdade, a Democracia, o melhor dos regimes, enfrenta graves impecilhos, principalmente por parte daqueles que se dizem patriotas e na verdade não o são. Para que ela sobreviva, contra a onda comunista que aberta ou através de subterfúgios, quer dominar a terra, ela necessita de instrumentos de auto-defesa. Em caso contrário ela será varrida da superfície do globo, porque esse novo leviatã de que falava Hobbes, hoje leva o nome de comunismo. O inimigo nosso, da Democracia, da liberdade, não escolhe as armas, luta com deslealdade, com traição, de tocaia, por isso para que possa ser combatido ele tem que ser enfrentado com igualdade de condições e com armas iguais.

O agitador e o subvertor da ordem, bem como o corrupto são traidores da Pátria e do povo. Além de tirar a liberdade tanto da iniciativa, quanto de crença e expressão, valores humanos os mais sagrados, torna o povo um verdadeiro escravo. O fim por eles colimado não é a busca da independência política-econômica, não é o progresso de todos, não é o bem estar das famílias, mas a pura satisfação do domínio total.

Graves são os problemas que cada país em desenvolvimento enfrenta, não só no campo econômico, mas na violenta urbanização que a mudança de sociedade agrária para a sociedade industrial, traz. Sabemos que os problemas brasileiros dos favelados, dos bóias-frias, do menor abandonado, desafiam os governos e são campos propícios para os agitadores.

Nós entendemos que o Brasil tem um problema sério a resolver, que é do favelado, fonte originária da leviandade e delinquência e acreditamos que a solução seria um plano de governo a longo prazo, para educá-los cultural e profissionalmente, valorizando-os e recuperando-os para que se integrem à sociedade e ao trabalho, cooperando assim, para o bem estar social e econômico das suas famílias, Estado e Desenvolvimento da Nação.

Os subversivos se introduzem em todas as camadas, mas principalmente junto àquelas dos menos favorecidos. E nessas é que se faz sentir o maior mal, porque desestimula o homem ao trabalho, quando sabemos que somente através do trabalho ele se promove social e economicamente.

A Nação deve realmente se unir com dispositivos capazes de combater a subversão e a desordem, para sobrevivência da Democracia e devem ser combatidas de forma tal, que sintam que não encontram êxito em seus propósitos anti-patrióticos, e com isto, eles também venham a se integrar a todos os homens de bem desta Nação, para que juntos possamos resolver todos os problemas sociais e alcançarmos assim, a independência política e econômica desta Nação, para felicidade de todos os brasileiros.

Para que a ordem social seja preservada, há necessidade de dispositivos firmes, capazes de coibir qualquer manifestação contrária como as acima apontadas. É verdade que tal legislação seja sob forma do AI-5 ou integrando a Constituição, deve existir, principalmente sabendo que os homens que os usarão são patriotas, cômicos de suas responsabilidades e desejosos que haja progresso nesta terra.

Os órgãos de Segurança, especialmente aqueles ligados às Forças Armadas possuem em suas fileiras homens cujo único objetivo é manter a ordem, a tranquilidade pública, a paz social que com justiça merecem o título de sustentáculos da nacionalidade e guardiães da democracia. Sua vigilância permanente e eficaz, fez no passado e continua no presente a desempenhar a sua tarefa de expurgar a era da erva daninha, os maus brasileiros, os inimigos, cuja ação nefasta busca impedir o progresso com liberdade.

Cabe a nós, unirmos os esforços para o seu lado, ombo a ombo, lutarmos contra o inimigo comum. Orgulhamo-nos de estarmos ao lado dos homens das Forças Armadas, do soldado brasileiro que nos garante o sono tranquilo e o exercício de nossa profissão.

O soldado precisa do apoio civil. Esse apoio já se fez sentir através da "Ação Democrática Renovadora". Essa entidade civil, embora nascida no seio do Exército, por inspiração do General Adolfo João de Paula Couto, tem por finalidade promover seminários, cursos e conferências sobre o perigo da subversão especialmente a oriunda do comunismo.

Outro instrumento que considero sobremaneira importante, são os cursos promovidos pela ADESG. Constituem eles uma força contra os anti-brasileiros, além de formar um elo entre os homens das forças armadas e os civis bem intencionados.

No instante em que transcorre o 7º aniversário do AI-5, desejo manifestar minha posição pessoal e emprestar total

apoio às Forças Armadas que vêm cumprindo sua missão de salvaguarda da ordem, da paz e do progresso. Nos difíceis embates que enfrentam contra o inimigo e do progresso, que todos nós desejamos, mas que a cata instante deseja solapar as instituições, reafirmamos a necessidade de termos armas e dispositivos capazes e eficazes para coibir sua ação."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste plenário do ilustre Vereador Jorge Scaff, presidente da Arena de Londrina.

Com a palavra o segundo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ponta Grossa e o Paraná, mais particularmente o Exército Nacional, perderam uma de suas maiores figuras, que teve sua passagem no comando do 13 BIB de Ponta Grossa com a responsabilidade de homem e a decência de brasileiro. Na tarde de hoje presto uma homenagem a um homem que, pela curta passagem no comando daquela corporação militar da Princesa dos Campos, demonstrava que, sem cor partidária nas representações autênticas do povo de nossa cidade. Ocupando a alta função de Coronel do Exército tinha ele a maior admiração pelo povo pontagrossense.

Nos recentes episódios do Estado do Paraná, quando determinados Senhores paranaenses tiveram a si a represália do Governo Federal, oriundas de uma ação, de uma atuação Marumbi, tivemos naquele Comandante, acima de qualquer virtude, a presença de uma criatura humana. Foi naquele episódio que conhecemos a outra parte daquele Militar e vimos que, realmente, no Exército Nacional tem em suas fileiras homens da compostura moral, cívica e patriótica de Breno Vignoti.

Unindo-nos às manifestações de Ponta Grossa, do Paraná e do Brasil queremos, nesta oportunidade, remeter à Mesa Executiva da Assembléia, um voto de profundo pesar, em meu nome e no nome do Deputado David Federmann, pelo passamento de Breno Vignoti.

Breno Vignoti em todas as reuniões que se fazia presente falava, antes do Exército Nacional, em povo brasileiro. Respeitava a Arena e o MDB e tinha a si somente aquela condição de militar honesto e decente que compõe nosso Exército.

Nesta ocasião, solicitamos a aquiescência deste Poder no sentido de que nosso voto seja referendado por esta Assembléia em memória desse brasileiro que, em Ponta Grossa, teve a responsabilidade de contribuir para a paz, segurança e tranquilidade do povo de Ponta Grossa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel) — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, primeiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Ouvi com tristeza a manifestação e a apologia feita pelo Deputado Alfredo Gulín, a respeito de um ato que é o repúdio da cultura jurídica, o Ato Institucional nº 5.

É unânime o pensamento, em todo este País, que, nesta matéria, que este Ato Institucional está decadente, mais decadente do que, os propósitos de quantos ignoram seus efeitos, estão a decair.

Realmente, quando transcorrer aniversário da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, daquela memorável reunião feita em 1948, no território francês, naquele plenário repleto de homens que chegaram a um nível de cultura acima das expectativas do então, os juristas patriotas, os definidores

de Direito Constitucional, os institucionalistas, homens proeminentes da agremiação a que pertence este nobre Deputado têm entendido que, no plano da cultura jurídica é perfeitamente compreensível que o Ato Institucional nº 5 vilipendia o homem de bem, vilipendia os objetivos sadios do homem pensador, do homem constitucionalista, do parlamento e de todos os profissionais que comungam a filosofia da liberdade.

No transcurso do 27º aniversário desta conquista da humanidade, a se falar no 7º aniversário daquele ato situado nos idos de 1968, é triste, e, ninguém desconhece as chacotas que se fazem a respeito dele e a respeito também dos seus arquitetos.

Lembro, com tristeza, determinadas posições de homens que enfrentaram não as autoridades, mas o poder em si, para procurar enraizar e esvaziar este Ato Institucional. Não seria nas vésperas do Natal, nas vésperas da festa da humanidade que poderíamos e haveríamos de ouvir a apologia de um ato que toda a humanidade condena, todos os juristas e pensadores políticos de bom senso, o Ato Institucional nº 5. Deveria sim, ser comemorada a sua revogação deveria isto sim, se comemorar já de vários anos, a sua sucumbência. E é com tristeza, reafirmo, que, nessa véspera do Natal se possa fazer elogios a um Ato Institucional nº 5, este que é um massacre da pessoa humana, como tal, este é o grande posto e o impostor das garantias e liberdades individuais e é por causa do nascimento de Cristo, daquele mesmo Cristo que teria sacrificado a própria vida para dar ao homem o pensamento de liberdade, para alcançar a sua própria salvação, que eu venho da minha parte e única e exclusivamente da minha parte, repudiar mais uma vez em que se ousa, em toda esta Pátria Brasileira, este repúdio do ato decadente, Ato Institucional nº 5.

Faço isso em ligeiras palavras, para não deixar despercebida esta anunciação feita pelo seu 7º aniversário.

Comemoro, isto sim, o 27º aniversário da "Declaração Universal dos Direitos do Homem". Não vinha a esta tribuna e não era este meu propósito, fazer esta menção hoje, teria, tenho e o faço agora, o uso para o qual me destinei este Expediente e este horário, para exaltar acontecimento de grande vulto, acontecimento de grande repercussão na ordem jurídica do nosso Estado, que é a construção do edifício, primeiro da justiça de Cascavel, o edifício, do Fórum de Cascavel; representa aquele prédio a efetiva participação, não da corte de Justiça na minha cidade, mas preapresenta, sobretudo, a presença do Poder Judiciário, a vocação do Poder Judiciário, para bem julgar, para bem atender, para bem observar a lei, que deve ser aplicada nos casos de litígios, mas aplicado com amplo direito de defesa aplicado com toda a plenitude visando e observando, respeitosamente o direito de todos os cidadãos.

Porisso que eu deixo registrado que Cascavel é e já ia fazer a sua maioria de comarca e ainda não existia o prédio destinado às lides judiciais.

E sempre se teve em Cascavel prédios emprestados, a Casa da Justiça sendo jogada de um canto para outro, de uma casa para outra, de rancho a rancho, de barracão a barracão e ainda não foi longe o dia em que nasceu, praticamente, na mesma época, nos mesmos dias do nascimento deste Ato, que eu repudiei agora há pouco, o Ato Institucional nº 5, ao nascer contemporaneamente com uma vida nova em Cascavel, a incineração do Fórum naquela época, em 1968.

Quer nos parecer — e vai aqui a lembrança — que naquela oportunidade quem sabe até se não foi um circuito elétrico que teria queimado o Fórum, destruindo inúmeros processos judiciais. Na oportunidade em que se queimou a liberdade humana deste País, em Cascavel, foi queimado também o prédio destinado à Justiça. Quem sabe tenha alguma relação filosófica uma coisa com outra. Quem sabe se a queima do Fórum de Cascavel seja a representação — e faço isto como

recursos de retórica — a representação da queima dos direitos humanos também.

E eu dizia que já faria aproximadamente a sua maioria, a necessidade da instalação de um prédio condigno, quando instalada em junho de 54, a Comarca de Cascavel, o Fórum local foi instalado numa casa particular, quase um rancho, quando ali imperava o direito da força.

Através dos anos, através da presença da Justiça em Cascavel, aos poucos ela foi se afirmando até chegar ao ponto ideal, pelo menos no que respeita ao seu edifício adequado.

Porisso quero prestar uma homenagem, desta tribuna e deste Poder, ao Judiciário, que envidou todos os esforços para a construção de um edifício, quem sabe até o mais apropriado do interior do Paraná, para ser instalado ali em Cascavel. Deixo registrado neste Poder Legislativo, nos Anais de sua Casa, os agradecimentos profundos aos Magistrados, à alta Corte e a todos aqueles que batalharam para que se efetivasse em Cascavel a Casa da Justiça, que tão dignamente foi inaugurada no dia 14 do corrente.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Fidelcino Tolentino, V. Exa. assume a tribuna para dar a esta Casa a auspiciosa notícia da construção da Casa da Justiça ou do Fórum da sua cidade. Nós recebemos esta notícia, talvez com a mesma alegria que V. Exa. Há poucos dias convidava os prezados colegas para participarem das solenidades do aniversário de Nova Esperança.

Permito-me a dizer, ao demonstrar a minha alegria junto à V. Exa. pela conquista de Cascavel, que estão acontecendo em todo o Estado do Paraná, no Governo Jayme Canet Jr., coisas grandiosas.

Em Nova Esperança, no dia 14 de dezembro, ontem, foram inauguradas obras de relevante importância para aquela região, para aquela cidade. Prédio para a COPEL, prédio para a agência de Rendas, Hospital, presididas as solenidades pelo Deputado Lázaro Dumont, construção que se pretendia há tantos anos atendendo ao trabalhador rural daquela região, que se pretendia há tantos anos não via um benefício, que construiu através do sindicato com a ajuda da Prefeitura e de entidades da região o Hospital.

E também, na oportunidade, assinou o Governador, um edital de concorrência pública para pavimentação da famosa estrada inglesa, aspiração de quase vinte anos, daquele região.

Ao parabenizar-me com V. Exa., por entender de sua alegria pela conquista do prédio do Fórum, ainda mais V. Exa. como advogado que é, se rejubila com a sua cidade, e também a mesma alegria nós sentimos mais do que Nova Esperança, em todo o Estado, do Paraná, de norte-sul-leste a oeste.

Meus cumprimentos a V. Exa. era o aparte.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço ao aparte de V. Exa. mas não poderia deixar de, neste instante, fazer um ligeiro reparo ao pronunciamento de V. Exa.:

Ocorre, nobre Deputado e Srs. Parlamentares que compõem este poder, que o edifício do Fórum de Cascavel é uma aspiração requerida insistentemente por várias gerações, por advogados que poderiam hoje estar até aposentados. Faz 22 anos que se pede um prédio de Justiça em Cascavel.

Por outro lado, quero cientificar também à Casa que a Câmara Municipal, o Poder Legislativo do município, há oito anos praticamente, que não consegue funcionar à altura do município de Cascavel, porque 98 por cento das suas dependências estão cedidas para o Poder Judiciário. Não que o Poder Judiciário não o merecesse, mas eu faço isso, para lembrar V. Exa. que são 11 anos que se fala em obras neste País, e esta Justiça, até agora, desfalcada, roubada, da sua

plenitude e do seu exercício, poderia ter instalado a Casa da Justiça em Cascavel.

Há 11 anos, desde que se instalou a Revolução neste País. E o Governo de Jayme Canet não foi quem construiu a obra de Cascavel. E digo mais, foi inaugurado recentemente em Cascavel, um Grupo Escolar de nível profissionalizante, que também foi inaugurado pela segunda vez, é só por lembrança. Agradeço evidentemente a S. Exa., e não ia passar em branco, daqui desta tribuna.

Quero agradecer também a S. Exa., porque atendendo às reivindicações de Cascavel, da região oeste, da micro-região de Cascavel que está atendendo ao povo no sentido de providenciar a obra do aeroporto tão esperado, de Cascavel, um aeroporto que o município há quase dez anos, fez já a doação de 50 alqueires de terras próprias para a instalação do aeroporto. Dinheiros absurdos já foram gastos pela população, inclusive terraplenagem para atender à solicitação daquela comunidade, que se já começou a fazer há vários anos.

Quero fazer não só com justiça esta lembrança, de que o Governo Jayme Canet prometeu, e nós estamos a esperar, a concretização da obra do aeroporto, que ela se impõe e se justifica porque o Aeroporto de Cascavel, está instalado no centro, praticamente, da cidade. Ainda, os jornais da semana passada, noticiaram que a asa de uma aeronave dilacerou a cabeça de um cidadão que transitava pelo aeroporto, ao momento que ali, aportava um avião de pequeno porte.

Naturalmente, imediatamente, o Sr. Presidente da Arena de Cascavel, comunicando-se com o Secretário de Saúde deste Estado, procurou contato com toda a área do Governo, para abreviar a construção e a terraplenagem do Aeroporto de Cascavel.

Vi hoje na imprensa que estaria já realizada a concorrência para a terraplenagem deste aeroporto. Vejam, Srs. Deputados, que em Cascavel estamos acostumados a pedir há 21 anos. Nós, para conseguirmos as coisas, os requerimentos têm que adquirir a maior idade.

Há 21 anos que requeremos as coisas em Cascavel.

Se não fosse a Usina de Itaipu a exigir a presença efetiva dos governos, quem sabe Cascavel ainda adormeceria por vários outros anos.

Agora, recentemente, o nobre líder do Governo, pretende me anunciar do esgoto na cidade de Cascavel, cujo convênio já foi firmado há quase quatro anos, mas esse serviço ainda não foi instalado.

E recentemente, interpelávamos S. Exa. com o devido respeito, para trazer o esclarecimento, a esta Assembléia, da destinação das verbas que tramitam por um projeto que, hoje, haveremos, novamente, de apreciar. A Assembléia Legislativa precisa conhecer das coisas públicas, das obras públicas, da destinação do erário público, e dos empréstimos que se faz, neste sentido.

Já perdia, emocionalmente, emotivamente, o objetivo maior de minha vinda a esta Tribuna.

Falava do Fórum de Cascavel. Queremos fazer, ao mesmo tempo, a homenagem e reconhecer o esforço do egrégio tribunal de Justiça do Estado, com todos seus membros, aos juizes de 2ª Entrância, aos Juizes da Entrância da Capital, e a todos aqueles que se esforçaram para que essa obra se realizasse e desse por terminada e inaugurada.

Mas, aproveito o momento para lembrar a S. Exa. que Cascavel, que a Justiça de Cascavel, dado o acúmulo de processos, não há oportunidade de ser distribuída. A Justiça ali sofre, e as decisões que se faz naquele Fórum, realmente, não podem ser chamadas de Justiça.

Há necessidade de se instalar, como se prevê no Código de Divisão e Organização Judiciária, pelo menos mais 4 Varas, para dar vazão ao acúmulo de serviços. Mais de 6 mil processos existem só na Vara Cível; mais de 2 mil e 500 na Vara Criminal

e de Menores, estão a exigir a efetiva e imediata instalação das novas Varas previstas pela Lei aprovada recentemente pelo Tribunal Pleno.

Homenageando aquela medida de justiça, dela esperamos o seu imperativo maior: a distribuição da Justiça. E para isso se efetive, para que seus objetivos se alcancem, aguardamos ansiosamente, e esperançosos, de que esta reivindicação será atendida prontamente, a partir do próximo ano.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio. — (Pausa). — Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 141/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 224/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e do Rio Grande do Norte, objetivando intercâmbio e Cooperação Técnica entre seus sistemas de planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 142/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 229/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mariluz, objetivando a construção de quadra de esportes no terreno do Ginásio Estadual D. Bosco, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 143/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 236/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Mirador, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar e a Unidade Sanitária, do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 144/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 241/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Icaraíma, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 145/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 242/75, que aprova Termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Miguel Dias, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 146/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 244/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Dois Vizinhos, objetivando execução de

reparos em prédio de estabelecimentos de ensino daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 147/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 245/75, de autoria Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Ampére, objetivando reparos em prédios que especifica. Parecer favorável da C.C.J.-APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 148/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 247/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina, objetivando reparos em prédio onde funcionam o Grupo Escolar de Monte Real e o Grupo Escolar Dona Moralina Eleutério, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ.—APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 149/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 249/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura de Ibaiti, objetivando reparos em prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ.—APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 150/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 251/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Curiuva, objetivando execução de reparos em prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ.—APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de resolução nº 151/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 252/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Fóz do Iguaçu, objetivando reparos no prédio onde funciona a Escola Estadual de 1.º Grau Bartolomeu Mitre, daquela comuna. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 152/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 256/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de São Jerônimo da Serra, objetivando execução de reparos em prédios localizados na sede daquele município, conforme especifica. Parecer favorável da CCJ.—APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 153/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 257/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar José de Alencar, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ.—APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do projeto de Lei nº 151/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 92/75, encaminhado anteprojeto de Lei autorizatório para contrair empréstimos ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, até o montante de Cr\$ 5.001.000.000,00 (cinco bilhões e um milhão de cruzeiros) ou o equivalente em moeda estrangeira, para utilização do período de 1975/1980. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., com emenda. Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir) Sr. Presidente, esse projeto foi tirado, há dias, da Ordem do Dia, para que se esclarecesse, ou para que, atendendo apelo nosso, o Sr. líder do Governo se prontificou, cavalheirescamente, a trazer a este



plenário a explicação esmiuçada das verbas que seriam destinadas aos municípios.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Realmente, eu me comprometi de, na medida do possível, trazer e identificar, para conhecimento de V. Exa. os municípios que seriam beneficiados com os recursos que o Governador pretende obter se este Poder autorizar o empréstimo — e posso dar a V. Exa. o programa de obras. No programa de obras de água-esgoto, em andamento, iniciadas no exercício de 75, estão incluídos os municípios de Foz do Iguaçu, Guarapuava, Paranavaí e Porecatu. Obras programadas para o exercício de 76, em 12 municípios, os seguintes: Apucarana, Arapongas, Curitiba, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Londrina, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Telêmaco Borba, Umuarama, União da Vitória e, em segunda etapa, Foz do Iguaçu.

Tenho, Sr. Deputado, a relação dos municípios no programa de obras de água, aquelas em andamento, iniciadas em 75 e aquelas obras com início previsto para 76. Se V. Exa. pretende, posso nominá-las, a todos os municípios.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado Thomazoni não era somente com respeito a questão de esgoto. Realmente, manifestei o desejo de saber a questão pertinente ao sistema de esgoto dos municípios, com os quais o Estado e a Sanepar teriam feito convênios.

No entanto, referi-me ao problema de Cascavel porque o conheço de perto. Há mais de quatro anos foi feito convênio com respeito ao sistema de água. Esse não satisfaz nem a 40% da população. Não satisfaria, também, com todo o projeto corrigido se fôsse instalado atualmente.

Referi-me especificamente ao problema de esgoto. Cascavel é a 5ª cidade do Paraná.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

No tocante a Cascavel existe um projeto concluído para a execução das obras de saneamento básico de esgoto sanitário.

Todavia, do programa da Sanepar consta como previsão do início daquelas obras para 1978.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Na cidade de Cascavel instalou-se uma Exposição Feira das maiores do Estado, sem demérito a todas as outras que se realizaram em nosso Estado. V. Exa. está convidado a ir a Cascavel para ver o que representa a nossa cidade em termos econômicos. Na nossa região Cascavel é chamada “Capital” da região.

É completamente absurdo que essas obras estejam programadas somente para 1978. Existem edifícios com 8 ou 10 andares, que estão sendo construídos e outros construídos com seis andares que não têm condições do “habite-se” exatamente por falta de esgoto.

O SR. IVO THOMAZONI — Posso repassar a informação que recebi. Todavia V. Exa. poderia contar com o apoio unânime da Casa no sentido de que se dê a Cascavel um atendimento prioritário neste setor. No entanto, quer nos parecer que isto poderá fazer com que outros municípios, aqui relacionados, sejam preteridos...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Seria uma penitência.

O SR. IVO THOMAZONI — ... para dar esta prioridade a

Cascavel. Concordo com V. Exa. Cascavel, todo o Paraná sabe disto, é uma das cidades que mais cresce no Paraná.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Apenas para conhecimento de V. Exa., é a segunda do Brasil — a primeira é Nova Iguaçu, no Estado do Rio.

O SR. IVO THOMAZONI — Mais uma a razão para que prestemos a Sua Excelência, se V. Exa. nos permitir, o nosso apoio à reivindicação, porque na discussão desta mesma Mensagem, eu fiz questão de afirmar que ouvi, do Sr.

Governador do Estado, que, nenhum programa de Governo pode ser estável, ele, naturalmente, deve ser móvel, e na medida que os problemas surgem, e têm prioridades.

Concordo com V. Exa. em que esta Casa poderá e deverá apelar para que a SANEPAR antecipe o início das obras em Cascavel, porque existe um estudo em formação — eu tenho aqui, anotado; o projeto está pronto — todavia, a previsão, naturalmente na obtenção de recursos, está com o início previsto para o exercício de 1978, mas, nada impede que V. Exa. com o apoio desta Casa, gestione no sentido de antecipar o início desta programação.

Confesso a V. Exa., darei — e a minha bancada tenho certeza não irá se furtar a isto — o apoio total a esta reivindicação, porque reconhecemos que Cascavel realmente experimenta um surto de progresso bem maior do que as 12 cidades aqui alinhadas, com obras programadas para o início de 1976.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas V. Exa. prontificou-se a trazer também, não foi só isso, e confesso a V. Exa. que estou triste por não ter alcançado o objetivo a que propus e a que reivindiquei. Realmente não satisfaz, e eu tomo a liberdade de dizer a V. Exa. que, estes esclarecimentos, não satisfazem absolutamente as exigências que o poder mereceria.

A respeito dos esclarecimentos da destinação esmiuçada do dinheiro que se pretende autorizar o Governador a contrair, V. Exa. há de convir que não foi só nesse plano, o problema de estrada, porque, o orçamento, e V. Exa. se referiu naquele dia em que se discutia aquela matéria, se não me falha a memória na quarta-feira, se discutia a respeito de estradas e se falava do orçamento plurianual, e também do orçamento para 76, as estradas ali especificadas e outras.

Ora, um Poder Legislativo não é meramente autorizatório, ele precisa conhecer, ele precisa saber dos planos do Executivo, para poder inclusive ajudá-lo a levar a efeito. Penitencio-me, declino mais uma vez diante de V. Exa., pela astúcia com que, confesso, fui levado a aceitar este posicionamento.

Entretanto, nesta 3ª Discussão por causa deste posicionamento, etendo que foi não da parte de V. Exa., mas de quem poderia lhe fornecer estes dados, foi um desmerecimento, e eu acho falta de cordialidade.

O SR. IVO THOMAZONI — Permita-me mais um aparte, Deputado.

Inicialmente devo dizer a V. Exa., que, a expressão “e” ou “outras” obras, em se tratando de obras, é uma expressão hoje tradicional, em orçamentos da União, do Estado; favorecem a V. Exa., no tocante à destinação dos recursos da SANEPAR, porque a SANEPAR, quando alinhou 12 municípios e o que V. Exa. representa não está abrigado nesta relação, mais uma razão para V. Exa. se valer das expressões “e” ou “outras”, para reivindicar a Cascavel, um programa de obras. Quero acreditar, que ali reside a razão governamental da pretensão de não deixar o orçamento em determinadas obras, para discutir com as lideranças, as prioridades.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para V. Exa. ver que o

Governo do Estado não sabe o que quer porque, quando deu sua prioridade, provavelmente dentro do planejamento, eu entendo que está a carecer de planejamento, de estudo. Mias uma vez cobro de V. Exa., líder do Governo, a necessidade de planificação, sobretudo em uma cidade, e por acaso, Cascavel, e por acaso também Pato Branco.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fidelcino Tolentino, V. Exa. vai me permitir o diálogo. Não pode V. Exa. culpar o Governo do Estado...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E a quem culparia? a mim?

O SR. IVO THOMAZONI — Quantas destas Prefeituras,

Deputado Fidelcino gestionaram diretamente no BNH junto ao Planasa com projetos com serviços aéro-fotogramétricos, com projetos em condições de serem financiados e neste instante quando o BNH passa recursos para o Planasa, para que o Governo do Estado aplique estes recursos dentro do plano, as administrações municipais, aquelas mais previdentes, naturalmente têm dentro da programação, uma prioridade de atendimento porque se seus projetos já estavam aprovados no BNH, no caso de Cascavel, não vou dizer que tenha havido omissão, Deus me perdoe...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. vai me permitir, Foz do Iguaçu que merece, evidentemente, como outros municípios do Estado, tenho me referido aqui que o Governo só está fazendo coisa no Oeste do Paraná, por causa de Itaipu, e prova evidente é Foz do Iguaçu, que vai ter dois planos imediatos para serem atendidos, não que Foz do Iguaçu não mereça, mas que deveria existir há muitos anos. Não tenho condições psicológicas porque são 20 anos de sofrimento...

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Fidelcino Tolentino, por favor, Foz do Iguaçu foi previdente, constituiu uma Comissão de alto nível para elaborar um plano diretor de Foz do Iguaçu, a Universidade Federal do Paraná, a Prefeitura e a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Paraná, elaboraram o mais perfeito projeto não só no setor de saneamento mas nos diferentes setores da administração e Foz do Iguaçu correu ao BNH neste projeto em condições, projeto que não...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. não desconhece que quem fez este plano foi o próprio Governo Federal e eu estive presente quando se assinou o convênio em Foz do Iguaçu, no Congresso de Prefeitos.

O SR. IVO THOMAZONI — Mas com orientação da Comissão que elaborou, assinando por Foz do Iguaçu.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas com orientação federal.

O SR. IVO THOMAZONI — O Governo Federal colocou os planos à disposição da Prefeitura e se responsabilizou em tempo hábil de apresentar estes projetos por ter condições de receber.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado Ivo Thomazoni, permita-me mais uma vez discordar, Foz do Iguaçu, no quadriênio de Governo municipal anterior ao que está instalado teve quase que 10 Prefeitos em quatro anos, como é que ia

planificar isto? V. Exa. não desconhece, é um fato público e notório.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. não acredita em continuidade administrativa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não estou falando em continuidade administrativa. Estou falando que não houve absolutamente gestão do Governo Municipal, que nem existiu um Governo Municipal, porque a cada dois ou três meses mudava de Governo Municipal.

O SR. IVO THOMAZONI — Não é esta a razão. É a falta de recursos. V. Exa. sabe disto, Foz do Iguaçu não tem condições.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Itaipu está impondo ao Governo.

O SR. IVO THOMAZONI — Então, houve uma distribuição que se fez de rendas, mal feito, uma lei tributária, um código tributário nacional que está distribuindo recursos, poucos para os municípios, mais para os Estados e muito mais para a União. Talvez existisse falta de recursos para a execução de um plano arrojado de obras como se está fazendo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. então advoga

o ponto de vista de que Foz do Iguaçu, que está a prever uma população de 120 mil habitantes, deve ter prioridade sobre o plano de saneamento de Cascavel que já tem quase 150 mil habitantes?

O SR. IVO THOMAZONI — Não afirmei isto. Já que estamos dialogando, vamos fazê-lo como adultos. O que se pretende para Foz do Iguaçu é evitar o que ocorreu em Cascavel, onde o Governo não foi previdente, ou por falta de recursos, ou de condições ou, quem sabe, a administração municipal...

Para Foz do Iguaçu está se planejando, está se construindo para evitar o colapso que ocorreu em Cascavel. V. Exa. deveria aplaudir o Governo por estar sendo previdente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não posso. Está contra a minha formação, dar aplausos graciosos. Não tenho condições psicológicas de fazer isto. Se tivesse, o faria com bom gosto. Mas eu cobro de V. Exa. o planejamento das estradas, o planejamento da educação em que se falou, eu aqui neste moderado, bate-papo, neste microfone e V. Exa. na tribuna.

O SR. IVO THOMAZONI — No setor educacional, não poderíamos identificar quais os que iriam receber recursos. A FUNDEPAR está fazendo levantamento das necessidades. Tem este levantamento atualizado, exercício por exercício. Disse a V. Exa. que o Pluri-anual, que a lei de meios para o ano que vem está identificando as obras principais. Existe no DER plano de obras no setor rodoviário. Plano rodoviário que V. Exa. conhece, mas isto poderia ser modificado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Estou aguardando a gentileza do chefe do setor que ficou de enviar o plano, não só a mim, mas a vários outros Deputados, que tenho conhecimento. Gostaria efetivamente de conferir mais um voto de confiança, aguardando para saber onde vai ser aplicada esta verba. Vou esperar.

O SR. IVO THOMAZONI — Estou identificando os municípios que haverão de receber, com injeção de recursos, estes empréstimos para viabilizar financeiramente a execução das obras.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. acabou de dizer que está previsto, mas nada impede que seja modificado. Quero uma coisa certa, eficiente, evidente, provada. Eu, não. Sou um representante, como os demais Deputados, mas preciso dar uma satisfação.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. pretende cobrar do Governo o início das obras de Cascavel para 76?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não só Cascavel, mas principalmente Cascavel. Citei como exemplo.

O SR. IVO THOMAZONI — Citou como exemplo de necessidade maior do que outros municípios?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O objetivo é indagar da aplicação efetiva da verba que estamos aprovando. Não conheço e acredito que poucos Deputados aqui sabem onde será aplicada parte da verba. Uma parte para a COPEL, outra para obras pertinentes à SANEPAR, Educação, mas não se sabe.

O SR. IVO THOMAZONI — Nos municípios aqui alinhados no projeto, já executadas umas, outras em andamento, outras com início em 76.

Curitiba como afirmou o Prefeito Saul Raiz, não tem rede de esgoto para praticamente 70 por cento da população. Cascavel tem suas necessidades; Curitiba também as tem. Ponta Grossa que está alinhada aqui, as tem. Londrina, assim como Umuarama. É uma gama de obras de saneamento básico, em 95 por cento dos municípios.

São onze anos que se fala em fazer obras estão em 70 por cento, ainda sem obras. Tempo igual em que Pato Branco



reivindica, Francisco Beltrão, Clevelândia, União da Vitória.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então V. Exa. reconhece a inoperância do Governo.

O SR. IVO THOMAZONI — Por quê? É inoperante não dispor de bilhões de cruzeiros para atacar um setor quenado V. Exa. dá prioridade para escola e para estrada, Deputado.

Agora que o Governo que trazer recursos para começar as obras com toda a seriedade, V. Exa. está pondo obstáculos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Há onze anos que os governos dizem que estão implantando obras, e V. Exa. declina agora, e 70 por cento da população está a carecer destas necessidades. Ou nunca existiu antes, ou V. Exa. reconhece que é inoperante o Governo.

O SR. IVO THOMAZONI — Há quanto tempo existe o Planasa, nobre Deputado, há quanto tempo que está se destinando os recursos do BNH para o Planasa neste setor. Agora, há poucos anos, o Planasa está funcionando no Paraná, há menos de quatro anos.

Tem ao menos o início de uma programação séria, e precisa de recursos que o Governo foi buscar e precisa trazê-los e só vai trazê-los, se esta Casa tiver compreensão de autorizá-lo, agora V. Exa. é quem vai dizer o que devemos fazer, votar contra ou a favor da mensagem.

O assunto é sério.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mais sério ainda deveria ser a preocupação dos planejadores, dos homens que o assessoram e do próprio Governo. Que deveria mandar para esta Assembléia o que nós estamos aqui tratando seriamente. E é por isso que eu apelo a V. Exa. para trazer completos os projetos, para ver aonde vão ser aplicados este dinheiro.

Nós somos fiscalizadores do Poder Executivo que exerce, efetivamente, a posição de fiscalizador.

Por este motivo, que eu quero exercer a plenitude do meu mandato.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. está na plenitude do exercício do mandato, porque V. Exa. está reivindicando em favor do município em que V. Exa. representa. E V. Exa. tem meu apoio nesta reivindicação.

Parece, se entendi bem, V. Exa. despreza este apoio.

V. Exa. quer que gestionemos juntos, vamos gestionar juntos, para que se dê prioridade para Cascavel, que se antecipe para 76, a previsão das obras que são para 78.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Da minha parte eu delego este mandato a V. Exa. que tem acesso pleno no Palácio para advogar esta causa.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. também tem. Nunca o Governador fechou qualquer porta de qualquer setor de administração e nem do Palácio a qualquer mentro deste Poder, quer da ARENA ou do MDB.

Ele tem interesse em discutir com as autoridades.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Por acreditar em V. Exa. é que eu estou delegando este Poder, nobre Deputado. Eu estou fazendo, exercitando um mandamento da minha consciência.

O SR. IVO THOMAZONI — O que eu pretendia dizer a V. Exa. é que a argumentação de V. Exa. teria naturalmente, força maior de decisão junto ao órgão responsável por este setor, do que propriamente desta Casa. A presença de V. Exa. na SANEPAR, não vai significar comprometido político, nem submissão, vai significar a presença do Deputado, representante de Cascavel, uma reivindicação que nós reconhecemos a mais justa em favor daquela coletividade.

Por isso, que eu faço o apelo a V. Exa.

Vamos à SANEPAR, discutir o prolema. V. Exa. vai saber o que existe em termos de estudos, de projetos, de custo de

obras, de participação municipal, estadual e federal, através da Planasa, para a previsão de 78, e se possível, sensibilizar os homens desse setor.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para concluir, quero crer que V. Exa. percebeu o porquê das minhas posições a respeito desses tipos de projetos. É que o Legislativo merece a consideração, o apreço, a respeitabilidade tão quanto nós respeitamos os demais Poderes.

Então, entendo que o Governo, ao remeter mensagens dessa natureza e de outras explique adequadamente para que aqui se aprecie, com plenitude, os objetivos, as metas, os planejamentos, os valores das aplicações, que o Governo pretende fazer.

Acho que V. Exa. bem entendeu. E o meu esforço é para cobrar de V. Exa., mais uma vez, o que já o fiz em outra oportunidade, sobre outro projeto de idêntica natureza.

E o faço outra vez, agora, e confesso que não estou satisfeito com o esclarecimento que V. Exa. trouxe à Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Encerrada a discussão. Em votação a emenda da CCJ, que diz:

“Acrescente-se ao art. 1º, o seguinte parágrafo, transformando-se o parágrafo único, do citado artigo, em parágrafo 1º.

§ 2º — As garantias a serem concedidas para empréstimo em moeda nacional, serão corrigíveis na proporção do respectivo índice de atualização monetária adotado em cada contrato”.

— APROVADA.

Em votação o Projeto — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 165/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 109/75, encaminhado anteprojeto de Lei que dispõe sobre a Taxa de Segurança Pública, instituída pela Lei nº 5.482, de 20/07/67. Pareceres favoráveis da CCJ, e CF., Com Emenda.

A emenda substitutiva da CCJ., já foi aprovada em 2ª discussão. Em discussão o projeto. Em votação a emenda substitutiva. — APROVADA. Em consequência da aprovação da emenda, fica prejudicado o projeto.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 154/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 249/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 155/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 265/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de São Mateus do Sul, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 156/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 268/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Santa Fé, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Marechal Arthur da Costa e Silva e o Ginásio Estadual de Santa Fé, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 157/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 270/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Renascença, objetivando execução de reparos no

prédio onde funciona o Grupo Escolar Ney Braga, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 158/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 273/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Imbituva, objetivando reparos em prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 159/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 276/75, que aprova Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, e Santa Catarina, objetivando desenvolvimento em regime de colaboração na programação para o setor metal/mecânica da Região Sul, visando sua expansão e modernização. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 160/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 279/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, objetivando colaboração financeira com a Fundação de Assistência aos municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, em cursos de treinamento. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 161/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 282/75, que aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Colorado, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 162/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 228/75, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Nova Esperança objetivo a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 163/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 134/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública com o Conselho Nacional da Faixa Cidadão, objetivando aumentar os meios de Radiocomunicação para defesa da ordem pública e Segurança. Pareceres favoráveis da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 165/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 179/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Estadual Marechal Cândido Rondon, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 166/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição

nº 188/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Carlos Gomes, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 167/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 190/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Batista do Nascimento, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 168/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 200/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Castro, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Vicente Machado, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 169/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 205/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rolândia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Presidente Kennedy, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 170/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 228/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Sudesul, e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, objetivando colaborar financeiramente com a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 171/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 283/75, que aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Paranacity, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 172/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 289/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Sudesul, e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, objetivando elaboração dos termos de referência para o Plano Micro-Regional de Desenvolvimento Integrado da AMOPAR. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 178/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 146/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São Pedro do Paraná, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Cecília Meireles, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 179/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 156/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Cantu, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 180/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 225/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Lontra, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 181/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 227/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de São Jorge do Ivaí, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 182/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 277/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Sudesul e o Estado do Paraná, objetivando execução de impressão dos mapas de Aptidão Agrícolas das áreas 3 e 7 do Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 183/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 291/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando desenvolver atividades na área de alimentação e nutrição, de acordo com diretrizes consubstanciadas no programa de Nutrição, elaborado pela Secretaria de Saúde, segundo orientação do INAN. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 184/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 293/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Altônia, objetivando execução de ampliação no prédio onde funciona unidade Escolar do Distrito de São Jorge. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 185/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 294/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com o município de Paraíso do Norte, através da Secretaria do Interior, objetivando execução de melhorias nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 186/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 295/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruz Machado, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Everardo Bacheuser, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 187/75, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 296/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Astorga, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 188/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 297/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Olímpia, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 189/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 298/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Itararé, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar José Eugênio de Carvalho, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 190/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 299/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São José do Boa Vista, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar D. Maria Isabel Guimarães, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 190/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
R E S V O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São José da Boa Vista, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar D. Maria Isabel Guimarães, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 299/75

A Proposição nº 299/75, encaminha, através da Mensagem Governamental, para referendo desta Casa, o Termo de Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São José da Boa Vista, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar D. Maria Isabel Guimarães, na sede do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênio é do Senhor Governador do Estado.

Quanto ao mérito, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município, para o que nos manifestamos favoravelmente, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 191/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 301/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Barbosa Ferraz, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do erosão urbana, na sede referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 191/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Barboza Ferraz, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 301/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para o Termo de Convênio celebrado em 21 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Barbosa Ferraz, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 192/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 304/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Centenário do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 192/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Centenário do Sul, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 304/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 110/75, de 12 de novembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 22 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Centenário do Sul, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público na matéria, por isso mesmo nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 193/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 309/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Uniflor, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 309/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Uniflor, objetivando a execução de obras de combate a erosão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 309/75

A proposição em tela, oriunda de Mensagem Governamental, encaminha para referendo desta Casa, cópia do termo de convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Uniflor, objetivando execução de obras de combate a erosão na sede daquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênio é do Senhor Governador do Estado.

Quanto ao mérito, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado do Município.

Nestes termos e condições, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 194/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição

nº 311/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Mandaguari, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 194/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Mandaguai, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 311/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Mandaguari, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 195/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 312/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lobato, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 195/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lobato, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 312/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 118/75, de 12 de novembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lobato, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 196/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 315/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando elaboração de projeto de Galerias de águas Pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 196/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Loanda, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 315/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Loanda, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 197/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição

nº 325/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Icaraíma, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 197/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Icaraíma, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 325/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 131/75, de 12 de novembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Icaraíma, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 198/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 327/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Florai, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 198/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Florai, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 327/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Florai, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 199/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 331/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São João do Caiuá, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 199/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 8 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São João do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 331/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 137/75, de 12 de novembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 8 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São João do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 200/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição



nº 333/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Goioerê, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 200/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Goioerê, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 333/75

Oriunda de Mensagem Governamental, a presente Proposição, visa o referendo desta Assembléia, ao termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Goioerê, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Senhor Governador do Estado a celebração de convênios.

Analisando-se o Convênio celebrado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente.
- a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 202/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 113/75, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de Foz do Iguaçu, com a intervenção do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 202/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de Foz do Iguaçu, com a intervenção do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a implantação do “Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu”.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 113/75

A Mensagem Governamental nº 27/75, do Senhor Governador do Estado, encaminha para os fins constitucionais, a cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 22 de maio de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de Foz do Iguaçu, com a interveniência do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a implantação do “Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu”.

Sendo de competência do Senhor Governador do Estado a celebração de convênios, ad-referendum desta Assembléia Legislativa, conforme preceitua o Art. 47, inciso IX da Constituição Estadual e verificando-se que os objetivos do mesmo vêm de encontro aos interesses da população daquele município, o qual será grandemente beneficiado com a sua execução, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 204/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 307/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Guaraci, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 204/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Guaraci, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 307/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 113/75, de 12 de novembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa. Termo de Convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Guaraci, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, deste forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 206/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 202/75, que aprova Termo de Convênio celebrado através da

Secretaria da Administração com o município de São Sebastião da Amoreira, objetivando execução de reparos nos prédios que específica, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 206/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 10 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de São Sebastião da Amoreira, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar da Secção Cabiuna, o Grupo Escolar da Secção Balsamo e Delegacia e Cadeia, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 202/75

A presente proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de São Sebastião da Amoreira, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar da Secção Cabiuna, o Grupo Escolar da Secção Balsamo e Delegacia e Cadeia, da sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 207/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 233/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Jardim Alegre, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Anita Garibaldi, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 201/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Jardim Alegre, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Anita Garibaldi, da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 233/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 22 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Jardim Alegre, visando a execução de reparos nos prédios onde funciona o Ginásio Estadual Anita Garibaldi, da sede do referido município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendo, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma da presente Resolução anexo.

Sala das Comissões, em

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 208/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 235/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Inajá, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Padre Anchieta e a unidade Sanitária, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 208/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 12 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Inajá, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Padre Anchieta e a Unidade Sanitária, da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 235/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o termo de Convênio celebrado em 12 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Inajá, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Padre Anchieta e a Unidade Sanitária, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendo, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 209/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 246/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Chopinzinho, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Visconde de Cairu, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 209/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Chopinzinho, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funciona o Grupo Escolar Visconde de Cairu, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 246/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado do Paraná, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o termo de Convênio celebrado em 18 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Chopinzinho, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Visconde de Cairu, da sede do referido município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste poder Legislativo.

Analisando-se os termos do convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 210/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 253/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Colombo, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 210/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 02 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Colombo, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Isolada Moinho Velho, o Grupo Escolar Monteiro Tourinho, a Escola Isolada do Palmital, a Escola Isolada da

Roseira, a Escola Isolada Varzea do Capivari, a Escola Isolada Ribeirão das Onças, o Grupo Escolar Cristóvão Colombo e a Delegacia de Polícia, da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 253/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o termo de Convênio celebrado em 02 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Colombo, visando a execução de reparos em próprios estaduais, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 211/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 274/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Flórida, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a unidade Sanitária e o Ginásio Estadual da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 211/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 11 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Flórida, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e o Ginásio Estadual, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 274/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado do Paraná, encaminha, a esta Casa, para os fins constitucionais, o termo de Convênio celebrado em 1 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Flórida, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e o

Ginásio Estadual, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do Convênio, temos que o mesmo antede aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 212/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 284/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Barra do Jacaré, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 212/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 29 de setembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde, e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior com o município de Barra do Jacaré, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ADALBERTO DAROS — Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 284/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de convênio celebrado em 29 de setembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde, e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, objetivando a construção de prédio destinado a Unidade Sanitária da sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador a celebração de convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município.

Isto exposto, o nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões em

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 213/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 290/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Clevelândia, objetivando ativar o Fomento Agropecuário na Região, através da Feira Exposição, proporcionando melhoria da produção e da produtividade. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 213/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Clevelândia, objetivando ativar o fomento agropecuário na região, através de Feira Exposição, proporcionando melhoria da produção e da produtividade.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 290/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Clevelândia, objetivando ativar o fomento agropecuário na região, através de Feira Exposição, proporcionando melhoria da produção e da produtividade.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 214/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 292/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Altônia, objetivando execução de ampliação no prédio onde funciona a Unidade Escolar do Distrito de São João. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 214/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 08 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Altônia, objetivando a execução de ampliação no prédio onde funciona a Unidade Escolar do Distrito de São João.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 292/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta

Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado em 08 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Altônia, objetivando a execução de ampliação no prédio onde funciona a Unidade Escolar do Distrito de São João

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) DÁCIO LEONEL – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 215/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 300/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Porto Rico, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 215/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Porto Rico, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) DÁCIO LEONEL – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 300/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Porto Rico, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela aprovação na forma do Projeto de Resolução Anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) DÁCIO LEONEL – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 216/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 302/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rio Bom, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 216/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através de Rio Bom, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) DÁCIO LEONEL – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 302/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rio Bom, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) DÁCIO LEONEL – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 217/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 310/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Iguaçu, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 217/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Iguaçu, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões (Comissões) em 03/12/75.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 310/75 – PARECER

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 116/75, de 12 de novembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta

Casa, Termo de Convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Iguaçu, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 218/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 313/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Tamboara, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 218/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Tamboara objetivando a execução de obras de combate à erosão, na área do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) IVAN RUPELL — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 313/75

I — Pela Mensagem nº 119/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha à esta Assembléia Legislativa, cumprindo dispositivos constitucionais, o Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de Tamboara, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

II — Conforme preceitos constitucionais, é da exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo, firmar convênios com a União, Estados e Municípios, ad referendum da Assembléia Legislativa.

III — Em assim sendo, nos manifestamos favoráveis à Proposição em estudo, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 219/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 314/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Londrina, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 219/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Interior, com o município de Nova Londrina, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) DÁCIO LEONEL — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 314/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Londrina, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 220/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 316/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paraíso do Norte, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 220/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paraíso do Norte, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 316/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 122/75, de 12 de novembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta



Casa, termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paraíso do Norte, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) EZEQUIAS LOSSO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 221/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 317/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 221/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 317/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado, e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 222/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 318/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Isabel do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 222/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Isabel do Ivaí, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) DÁCIO LEONEL – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 318/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa do Paraná para o termo de convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Isabel do Ivaí, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) DÁCIO LEONEL – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 223/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 319/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Indianópolis, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 223/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Indianópolis, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 319/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de convênio celebrado em

07 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Indianópolis, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 224/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 320/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paranavaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 224/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 13 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paranavaí, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 320/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de convênio celebrado em 13 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paranavaí, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Constitucionalmente é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 225/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 322/75, de aprovação ao Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Alto Paraná, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 225/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Alto Paraná, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 322/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Alto Paraná, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado, a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 226/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 323/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 226/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 323/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado em

04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 227/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 328/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 227/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Sul, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) IVAN RUPPEL — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 328/75

I — Encaminha a esta Assembléia Legislativa o Senhor Governador, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de Cruzeiro do Sul, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na área daquela comunidade.

III — O Senhor Governador está tão somente exercitando o que lhe faculta dispositivos da Constituição do Estado, que diz, ser da competência do Chefe do Poder Executivo a celebração de convênios, com a União, Estados e municípios.

III — Em assim sendo, nos manifestamos favoráveis à Proposição em exam, nos moldes do Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 228/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 329/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lupionópolis, objetivando elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 228/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 14 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lupionópolis, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 329/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 135/75, de 12 de novembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa termo de convênio celebrado em 14 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lupionópolis, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 229/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 330/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 229/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 14 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) IVAN RUPPEL — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 330/75

I — Em obediência a dispositivos constitucionais o Senhor

Governador encaminha a esta Casa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Aliança do Ivaí, visando a execução de obras de combate à erosão urbana, na área daquele município.

II — Firmar convênio, conforme preceitua a Constituição Estadual, é da exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

III — Assim sendo, somos de parecer pela aprovação da Proposição em exame, obedecido em termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 230/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 335/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Ivatuba, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Clovis Beviláqua, do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 230/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Ivatuba, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual "Clóvis Beviláqua" da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 335/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Ivatuba, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual "Clóvis Beviláqua" da sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 231/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 281/75, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Iguaraçu, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 231/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo Aditivo datado de 22 de setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 04 de junho de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Iguaraçu, objetivando a construção, na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 281/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo Aditivo datado de 22 de setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 04 de junho de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Iguaraçu, objetivando a construção, na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 232/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 303/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Cecília do Pavão, objetivando a elaboração do Projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 232/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Cecília do Pavão, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 303/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta

Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Cecília do Pavão, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) LUIZ ROBERTO SOARES – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 233/75 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 324/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Alto Piquiri, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 233/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Alto Piquiri, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) LUIZ ROBERTO SOARES – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 324/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Alto Piquiri, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) LUIZ ROBERTO SOARES – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 234/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 326/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Pérola, objetivando execução de obras de combate à

erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 234/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Pérola, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) LUIZ ROBERTO SOARES – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 326/75

A presente proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia, para o termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Pérola, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) LUIZ ROBERTO SOARES – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 235/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 332/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, daquele município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 235/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, da sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 10 de dezembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) LUIZ ROBERTO SOARES – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 332/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, da sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 236/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 340/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Administração de Recursos Hídricos, órgão da Secretaria do Interior, e o Banco Nacional de Habitação, com a finalidade que especifica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 236/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Administração de Recursos Hídricos órgão da Secretaria do Interior, e o Banco Nacional da Habitação — BNH, objetivando regular as atividades relacionadas com o exame de estudos e projetos técnicos e fiscalização da execução das obras e serviços dos sistemas definidos nos subprogramas REFINAG e REFINESG, decorrentes do Programa de Financiamento para Saneamento — FINANSA, que beneficiam municípios paranaenses.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) IVAN RUPPEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 340/75

I — Em obediência a dispositivos constitucionais o Senhor Governador encaminha a esta Casa, cópia autêntica do Convênio celebrado em 20 de janeiro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Administração de Recursos Hídricos, órgão da Secretaria do Interior e o Banco Nacional de Habitação — BNH, objetivando regular as atividades relacionadas com o exame dos estudos e projetos técnicos e fiscalização da execução das obras e serviços dos sistemas definidos nos Subprogramas REFINAG e REFINESG, decorrentes do Programa de Financiamento para Saneamento — FINANSA, que beneficiam municípios paranaenses.

II — O Senhor Governador está tão somente exercitando o que lhe é facultado por preceitos constitucionais, que reza ser da exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo, firmar convênios com União, Estados e Municípios, ad referendum da Assembléia Legislativa.

III — Em assim sendo, opinamos pela aprovação da Proposição em estudo, nos termos do Projeto de Resolução em anexo. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO DO Projeto de Resolução nº 237/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 341/75, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Realeza, objetivando ampliação e melhorias no prédio da Unidade Sanitária, daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 237/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 05 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Realeza, objetivando a obra de ampliação e melhorias no prédio da Unidade Sanitária da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 341/75

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa do Paraná para o termo de convênio celebrado em 05 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Realeza, objetivando a obra de ampliação e melhorias no prédio da Unidade Sanitária da sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado Convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 184/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 146/75, encaminhando anteprojeto de Lei que majora em 30 por cento os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão, das funções gratificadas dos Quadros Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e CF, COM EMENDA da CCJ e Parecer CONTRÁRIO à mesma da CF.

PROJETO DE LEI Nº 184/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão, das funções gratificadas dos quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os dos integrantes da Polícia Militar do



Estado, ficam majorados em 30 por cento a partir de 01 de janeiro de 1976.

Art. 2º — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis 6.569, de 25 de junho de 1974, 6.593, de 15 de agosto de 1974 e 6.641, de 4 de dezembro de 1974, fica majorada em 30 por cento a partir de 01 de janeiro de 1976.

Art. 3º — O valor do salário família atribuído ao funcionalismo estadual fica também a partir de 01 de janeiro de 1976, jamorado em 30 por cento.

Art. 4º — O disposto no artigo 1º aplica-se:

I — aos membros da Magistratura, do Ministério Público, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

II — aos Secretários de Estado, Chefe da Casa Civil e Casa Militar e ao Procurador Geral do Estado.

Art. 5º — Os efeitos desta lei são extensivos ao respectivo inativo, respeitando o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 6º — O valor previsto no art. 5º da Lei nº 6.537, de 15 de maio de 1974, alterado pelo art. 3º da Lei nº 6.674, de 30 de maio de 1975, para as pensões especiais pagas pelo Estado, fica majorado em 30 por cento, a partir de 01 de janeiro de 1976.

Art. 7º — Para a fiel execução do disposto nesta lei o Poder Executivo fará publicar as Tabelas constantes da majoração concedidas, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação desta lei.

Parágrafo único — Nas tabelas a que alude o caput deste artigo serão desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 8º — Fica o poder Executivo autorizado a, sempre que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus funcionários, reajustar, por decreto, os vencimentos do funcionalismo estadual até os mesmos percentuais e vigência adotados pela União, dentro das limitações orçamentárias.

Art. 9º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 184/75

O Projeto de Lei em exame, tem por escopo a majoração em 30 por cento, a partir de 01 de janeiro de 1976, dos vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão, das funções gratificadas dos Quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado, bem como, em idêntico percentual, a gratificação de produtividade instituída pelas Leis números 6.509, de 25 de junho de 1974, 6.593, de 15 de agosto de 1974 e 6.641, de 4 de dezembro de 1974, o salário família e as pensões pagas pelo Estado, sendo extensivos os efeitos do diploma ao pessoal inativo, respeitando critério de proporcionalidade.

A matéria é das mais justas e oportunas, sendo o reajuste imperativo para o equilíbrio da economia doméstica do servidor público que viu sua remuneração real diminuir consideravelmente, embora os aumentos da remuneração nominal, anteriormente concedidos.

O próprio Senhor Governador do Estado acentua na Mensagem que capeou o anteprojeto, a sua preocupação “em retribuir condignamente aqueles que com seu esforço e dedicação prestam seus serviços à Administração”, e pondera que “a concretização da proposta ora formulada virá sanar em parte os problemas financeiros que hoje afligem o funcionalismo estadual, e, como consequência direta propiciar a tranqüili-

dade necessária para o desenvolvimento normal de suas atribuições.

Analisando o plano de Lei quanto aos aspectos constitucionais e jurídicos, verificamos estarem atendidas as normas que regem a sua propositura. Parece-nos, todavia, estar o artigo 8º colidindo com o preceito do artigo 21, V, da Constituição Estadual, que estabelece:

Art. 21 — Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador:

I — ...

II — ...

III — ...

IV — ...

V — Criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes atribuições e VENCIMENTOS; (grifei).

Isto exposto, o Parecer é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei com a emenda supressiva junta.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

#### EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 184/75

“Suprima-se o Artigo 8º”

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 184/75 MENSAGEM Nº 184/75

I — Com a presente iniciativa de lei-oriunda da Mensagem nº 146/75, visa o Senhor Governador majorar os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão, funções gratificadas dos Quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, e dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

II — O Chefe do Poder Executivo está tão somente exercitando o que lhe faculta dispositivos constitucionais, que diz ser da competência do Governador a iniciativa de Leis que de qualquer modo aumentem a despesa pública.

III — Assim sendo, por se tratar de medida legal e constitucional e por outro lado justa e humana, oferecemos nosso parecer favorável ao projeto e contrário a Emenda da CCJ.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) GABRIEL MANOEL — Relator

— Em discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em relação ao mérito do projeto acreditamos que desnecessário seria discuti-lo por se tratar de matéria pacificamente aceita pela Casa, pelo menos é o que se antecipa ou que se pode antecipar.

Há uma preliminar, entretanto, que não podemos deixar de focalizar porque ela interessa no que diz respeito ao funcionamento da Casa.

O Regimento Interno atribui uma importância de relevo ao papel das Comissões Permanentes, especificamente e aqui, recai o nosso ponto de vista: à Comissão de Finanças compete opinar, de acordo com o artigo 49, do Regimento, sobre: (Lê):

“1) Matéria Tributária;

- 2) Empréstimos públicos, do Estado, dos municípios;
- 3) Quanto ao aspecto financeiro sobre todas as proposições, inclusive àquelas da competência privada de outras Comissões, salvo as de legislação orçamentária que concorrem para aumentar ou trazer despesa à receita pública;
- 4) Sobre a fixação dos subsídios dos Deputados e Governadores do Estado”.

Trata-se portanto, de uma Comissão de real importância, composta de 7 elementos; acima da Comissão de Finanças, em número está somente a de Constituição e Justiça.

Já se verificou, em pronunciamentos anteriores, desta tribuna, que o funcionamento dessa Comissão tem sido irregular e continua sendo. Nós verificamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que em dois projetos anteriores, como membro da Comissão de Finanças, não só este Deputado, mas outros do MDB não foram convocados para reuniões da Comissão de Finanças e nem nos contas, Sr. Presidente, que estas reuniões tenham sido realizadas com observância dos preceitos regimentais, que estabelecem, nos artigos 42 e 43, a obrigatoriedade da convocação por ofício, de qualquer dos seus membros, por parte do Presidente, com uma antecedência mínima de 24 horas, além de constar do Diário da Assembléia, semanalmente, a relação das Comissões, com a designação do local e hora em que se realizam as suas reuniões.

Nós poderíamos incluir, Sr. Presidente, arguir uma nulidade, com relação ao parecer constante do projeto, por falta de convocação de seus membros, feito na forma regimental. Estranho o acontecimento, principalmente quando o parecer se opõe a uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça, sendo portanto matéria controvertida.

Fosse como fosse, Sr. Presidente, matéria de importância ou não, as normas do Regimento devem ser observadas nesta Casa, sob pena de que os serviços, os trabalhos das Comissões passem a ter o sabor das coisas gratuitas, sem o valor jurídico que a deve cercar.

Na qualidade de membro da Comissão de Finanças, Sr. Presidente, discordo do parecer da Comissão de Finanças, porque fico com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, quando suprime o artigo 8º do projeto; primeiramente porque me parece, o artigo 8º é supérfluo, redundante, já constante da lei anteriormente aprovada.

E em segundo lugar, porque as razões invocadas pela Comissão de Constituição e Justiça, se não fosse o caso de não existir lei, já anteriormente aprovada nesse sentido, não deve ser aprovado.

E as razões estão bem claras, atendendo o preceito do artigo 21, da Constituição no seu inciso 5º sendo de sua competência criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes atribuições de vencimentos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Muggiati Filho, na qualidade de relator deste Projeto, não poderia deixar de solicitar aparte a V. Exa., para concordar com V. Exa. quando faz referências ao artigo 8º, que é redundante essa emenda, porquanto já existe lei que regulamenta. Justamente por este motivo apresentei parecer contrário ao parecer apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, foi o motivo que apresentei parecer contrário a esta emenda.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. informa que já existe em lei o preceito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Exato. Que V. Exa. comentou agora neste instante.

O SR. MUGGIATI FILHO — Então redundante é o projeto.

V. Exa. deve concordar que com isto, ao repetir o Projeto no artigo 8º a disposição que V. Exa. expõe. V. Exa. entendeu que deve ser criado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Creio que foi incluído no Projeto este artigo 8º pelo fato do Governador ter encaminhado à Mensagem propondo este aumento, antes de conhecer o índice que o Governo Federal deveria dar o aumento também aos funcionários federais, então, só já justificar, ele incluiu embora não houvesse necessidade. Acho que foi este o motivo, porque foi antecipado o aumento do Governo do Estado ao do funcionalismo público federal. Creio que o motivo deve ser este.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço a colaboração de V. Exa., mas continuo entendo de que nós não deveremos então por mais este motivo que V. Exa. confirma pela redundância de modo que votarei com a emenda da Comissão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

As razões anteriores do Deputado Gilberto Carvalho, a lei que ele se referiu é a 6.536 de 15 de maio de 1974, que no próprio artigo 8º da mencionada lei, fala:

“Fica o Poder Executivo autorizado a ... Ela retrata ‘ipsis literis’ o artigo 8º e ainda mais, vem com o parágrafo único, que diz:

“com o reajuste a ocorrer no próximo ano, e com base no que dispõe este artigo poderá, com as deduções que se fizerem necessárias, o abono provisório de que trata o artigo 8º.

Realmente, o Poder Executivo tem mandado mensagens redundantes, esta não é a primeira, embora eu ache com muito acerto, louvável a emenda supressiva consignada pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Luiz Roberto Soares.

Oportuníssima a intervenção do Deputado Relator, e então eu trocava idéia com o Deputado Osvaldo Macedo, que tinha pretensão de apresentar amanhã, por ser a segunda votação,

uma emenda revogando este artigo 8º da lei a que se referiu o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, e assiste razão a V. Exa. em trazer relação esta lembrança e esta sugestão, congratulo-me com o seu pronunciamento.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Estamos ouvindo com muita atenção o pronunciamento de V. Exa. e verificamos que a linha de raciocínio esposada, coincidente com a nossa linha de raciocínio.

Na verdade não tínhamos conhecimento que lei anterior dispunha no mesmo sentido. Eis que recebemos a Mensagem do Sr. Governador e imediatamente demos nosso parecer. Por esta razão o mesmo se encontra manuscrito. Mas, em adendo à justificativa apresentada para a emenda, mencionáramos ainda o artigo 25 da Constituição Estadual, notadamente o § 1º, alínea B. O artigo 25, diz o seguinte: “A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador e aos Tribunais Estaduais, nos casos previstos nestas Constituições”.

“§ 1º — É da competência exclusiva do Governador, a iniciativa das leis que:

b) criem cargos, funções ou empregos públicos, ou aumentem vencimentos, ou a despesa pública”.

Verificamos portanto, nobre Deputado, que o Legislador, ao inserir na Constituição a expressão “a iniciativa de leis” não dá condições para que haja o decreto, a figura do decreto nos caos que estabelece. E aqui aparece “... ou aumento de vencimentos”. Em nosso entender somente poderá ser por lei, o aumento de vencimentos do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Por esta razão propusemos à douta Comissão de Constituição e Justiça a emenda que foi aceita e creio que a intervenção do Deputado Fidelcino Tolentino, no sentido de que seja revogado dispositivo anterior, tem amparo constitucional, pelo que está escrito.

Não participamos da Legislação que confeccionou a emenda constitucional vigente, mas creio que a intenção do

Legislador tenha sido esta de trazer a esta Assembléia a discussão do Projeto.

Obrigado pela oportunidade que nos conferiu.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não acredito que o projeto tentasse trazer à discussão este problema. Acredito que estaria mais conforme a mensagem, a afirmação do Deputado Fidelcino Tolentino de que o Governador do Estado também ignorava existisse já em lei o art. 8º do Projeto.

Tornou-se redundante. Quero deixar claro é que não devemos aprovar uma redundância, em abono, somando com a argumentação que V. Exa. muito bem expôs em seu voto. O que me parece quando o Deputado Fidelcino Tolentino, no início de seu aparte, afirmou que assiste razão ao Deputado Gilberto Carvalho em querer suprimir a emenda — se assim não entendi mal — no final de seu aparte, o próprio Deputado Fidelcino Tolentino parece que revogou este pensamento porque entende que não deve permanecer no projeto — se não ouvi mal — este artigo 8º.

Entendo que a lei citada já existente, se for o caso de sua revogação, além de ser inconstitucional pelos preceitos enunciados nesta Casa, no momento, pelo Deputado Ezequias Losso, seria objeto de uma proposição à parte.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Primeiramente para fazer justiça porque laborei num equívoco, quanto à pessoa do relator. Quem relata a matéria é o Deputado Ezequias Losso, e não como eu havia dito antes, querendo aproveitar o tempo de V. Exa. na tribuna.

Referi-me apenas à parte do Deputado Gilberto Carvalho, quando falou da mudança, mas estou de pleno acordo, com referência à supressão deste artigo 8º. E mais, na lei que eu citei e que já estava em vigor e que não havia necessidade de S. Exa. mandar uma mensagem com os mesmos preceitos e com os mesmos objetivos, eu entendo que por achá-lo inconstitucional, é que este Poder deve declará-lo. É uma forma de declaração da inconstitucionalidade, entendo eu, que seria a revogação do artigo. É a forma mais simples. A revogação do artigo da lei que o Deputado Gilberto Carvalho citou e que trago aqui como subsídio. Então eu estou, como V. Exa. entende, pela supressão do artigo 8º para atender o preceito constitucional.

Obrigado a V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu tinha absoluta certeza, de que haveria realmente qualquer coisa a ser esclarecido, no valioso aparte de V. Exa., por isso, Sr. Presidente, encerrando, gostaríamos que constasse esta nossa declaração de votos, como membro da Comissão de Finanças, não convocando para reunião que teria sido realizado, e fazendo um apelo à Comissão de Finanças, porque acredito, que assim como houve redundância por uma questão de pressa ou de esquecimento da verificação legislativa no encaminhamento do projeto, acredito que a Comissão de Finanças, não tem realizado suas reuniões regimentalmente, por ter deixado um pouco de lado o Regimento Interno. Agora, o regimento foi citado, foram invocados os artigos que devem coordenar o processamento legislativo na Comissão de Finanças.

Faço um apelo à Comissão de Finanças, que passe a se reunir convocando os seus membros, de acordo com o Regimento Interno para que ela também possa prestar como as demais Comissões, a sua valiosa contribuição legislativa.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

É com grande dissabor, que ouvimos o pronunciamento de V. Exa., porque não é novidade na Casa, de que as Comissões, em virtude de superposição de horário muitas vezes, o Presidente da Comissão, corre o risco, definindo um horário em que a prorrogação ou a utilização total do horário disponível para as sessões, não permite a reunião das Comissões.

E os nobres Deputados naturalmente, podem verificar que

pela época, que V. Exa. achou por bem versar sobre a matéria é totalmente intempestiva. V. Exa. não só participou da reunião da Comissão de Finanças, sem nunca ter argumentado com relação à administração das reuniões, como também já relatou matérias em reuniões que V. Exa. disse que não existiram.

Então, cabe-me como Presidente da Comissão de Finanças, dizer que, infelizmente, nobre Deputado, sem desvanecer o conceito que tenho sobre a conduta que sempre delineou os seus trabalhos nesta Casa, V. Exa. é a favor ou contra o andamento das reuniões da Comissão de Finanças, conforme seus interesses pessoais. Porque ora V. Exa. assina e é conivente com os critérios, e ora vai à tribuna para discordar.

Então, sinto muito se algumas das reuniões não saíram de seu agrado, mas muitas elas saíram, porque estão com a assinatura de V. Exa.

Mas aceito a sugestão e convocação do horário. E já mandei imprimir convite para a reunião de amanhã, pois que a Comissão acaba de receber matéria de importância, a fim de que essa Comissão volte a se reunir amanhã, no horário que consta do convite.

Aceito a sugestão de V. Exa., e poderia ter sido feita já no início do ano. Porque, quando vemos o interesse dos membros da Comissão, de um somente já é suficiente, para que observemos, com rigor, o cumprimento do Regimento Interno, Mas, para facilidade e bom atendimento do Plenário, muitas Comissões, fazem, cavalheirescamente, acordo quanto a reuniões das diversas comissões.

Muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Se não me falha a memória, veio a mim um projeto para relatar. Como me foi entregue hoje, um processo legislativo para relatar. Procedido o relatório e entregue o projeto à Comissão. Presume-se que a Comissão se reúna para analisar esse projeto. E eu passei a tomar conhecimento de reuniões da Comissão, há aproximadamente 60 dias, porque, não deve ter havido matéria anteriormente afeta à Comissão. Mas, desta tribuna, já um Deputado do MDB, reclamou no tocante à maneira de serem encaminhados os assuntos pela Comissão de Finanças. Não fiz referências pessoais nenhuma. E assim como eu não faço, presumo que ninguém tenha interesse pessoal nisso. Parece-me que se se fosse cogitar de interesse pessoal — o que seria mesquinho — mas se fosse cogitar, só poderia recair a imputação a quem dirige a Comissão. Nunca a um seu membro que está sujeito a tão somente receber matéria que lhe é enviada pelo seu Presidente. Eu não distribuo matérias, ilustre Presidente da Comissão de Finanças. Portanto, não posso ter contra mim interesse pessoal nenhum.

Os projetos sempre vieram a mim e eu relatei-os como pude, de acordo com aquilo que me foi possível. E os devolvi em tempo oportuno.

Portanto, se houve algum interesse pessoal, ou se existe algum interesse pessoal, não é em relação a mim. Porque, Sr. Deputado, nunca solicitei projeto para ser relatado.

Mas, tenho observado, e se falo é porque observei, é fruto de observação incontestável. V. Exa. não contestou, tentando ganhar, de uma maneira pouco cavalheiresca, justificar as reuniões irregulares da Comissão de Finanças. Porque eu não disse que não se realizavam reuniões, mas se essa reunião se realizou foi sem o meu conhecimento, para mim ele não existiu, então, juridicamente, ela não se realizou.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Então a reunião foi irregular só porque V. Exa. não participou?

O SR. MUGGIATI FILHO — Perfeitamente irregular, desde que não sejam intimados, convocados os membros da Comissão para uma reunião, o suplente não pode assumir no lugar do titular que não foi convocado.

E eu, na semana passada, Sr. Presidente, estive presente a todas as sessões desta Casa. Fui um dos poucos de minha

bancada que não se afastou no fim de semana e verifiquei a entrada de projetos relatados pela Comissão de Finanças, muitos dos quais não tinha conhecimento.

Além de tudo, V. Exa. há de convir ainda que nós, membros da Comissão de Finanças, somos apanhados de surpresa, em plenário, com um relatório, com um parecer, cuja matéria não conhecemos. E que, implicitamente, para a Casa, pode parecer que tem a nossa concordância.

Do modo que fica aí registrado. E, por antecipação, queremos também, desde já, agradecer as providências adotadas pelo Presidente da Comissão, não pessoalmente, porque não há interesse pessoal, mas agradecer em nome do serviço, do bom andamento do serviço, do Regimento Interno desta Casa, que então passará a ser cumprido pela Comissão de Finanças.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – V. Exa. permite um aparte?  
(Assentimento).

Só queria referendar, não que concerne à convocação da Comissão de Finanças. Relatei dezenas de projetos de lei, que foram a mim designados pelo Presidente dessa Comissão. Em nenhuma oportunidade os meus pareceres, e a não ser pelo apanhamento das assinaturas pela Secretária da Comissão, foram referendados dentro da maioria prevista da Comissão. E, para satisfação nossa e da Comissão, vimos que esses pareceres emitidos em meu gabinete de trabalho sempre tiveram o apoio da maioria da Comissão através das assinaturas.

Nesta reunião a que V. Exa. alude, sobre os pareceres a essa matéria, também não recebi comunicação alguma da reunião, como também não atribuo demérito a V. Exa., porque V. Exa. sempre exerceu com presteza suas atividades dentro desta Casa, como eu também tenho procurado exercê-las.

Não fui solicitado a reunião alguma, porque se o fosse, ali teria estado presente, porque diariamente, como V. Exa., nos dedicamos aos trabalhos desta Casa.

O SR. MUGGIATI FILHO – V. Exa. diz bem, apenas para não perder a oportunidade. Em diversas ocasiões, o que revela o nosso espírito de transigência, – não estamos sendo intransigentes e formalísticos ao extremo – cavalheirescamente, com o coleguismo que nos caracteriza, temos pedido que se façam reuniões das Comissões, para que não fosse necessário solicitarmos da tribuna desta Casa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Quero cumprimentar V. Exa. pela honestidade com que V. Exa. age, pela dignidade parlamentar de sua atuação no desempenho da função de Deputado, e essa sua solicitação nós referendamos “in totum”, para que daqui por diante essa Comissão faça as reuniões como V. Exa. solicita de sua tribuna.

O SR. MUGGIATI FILHO – Agradeço o aparte de V. Exa. Era só, Sr. Presidente. – (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI – (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quer me parecer que cabe ao Líder do Governo uma explicação neste episódio. Lembro-me dos detalhes da tramitação nestas Casa da mensagem que no ano passado propunha aumento de vencimentos aos servidores civis e militares do Estado.

Por incrível que pareça, Sr. Presidente, foi esta Casa que sugeriu a inserção, naquele anteprojeto de lei, do dispositivo que conferia ao Governador do Estado, poderes para, na mesma época, e nos mesmos índices, do aumento concedido pelo Governo Federal.

Lembro-me da expressão “poderia” ou “poderá” o Governo do Estado também conferir aumento nos mesmos índices e na mesma época que o Governo Federal conferir ao funcionalismo público federal. Hoje se fala muito na inconstitucionalidade dessa delegação de poderes. Todavia, a prática idêntica se verifica há muitos anos no plano federal.

O Congresso Federal conferiu ao Presidente da República

competência para, através de decreto, promover aumento de vencimentos aos funcionários públicos civis e militares.

Em outras unidades da federação esta prática também se vem exercitando há alguns anos sem que o Poder Legislativo se tivesse insurgido quanto a sua inconstitucionalidade.

Mas, nesta Casa, lembro bem foram os próprios funcionários públicos que nos solicitaram reiteradamente que abrigássemos no bojo daquele anteprojeto aquele dispositivo porque, segundo eles, poderia o Governo Federal atribuir aumento de vencimentos com este Poder em recesso, prejudicando-os portanto.

Tão somente para isentar o Governo do Estado desta iniciativa e para dizer que votaremos com a emenda supressiva porque, realmente, a considerarmos, como considera o eminente líder Muggiati Filho, matéria redundante. Existe já lei que faculta ao Governo do Estado esta prática a de conferir o aumento nos mesmos índices e na mesma época em que o Governo Federal conferir aos funcionários públicos federais.

O Sr. Governador, entretanto, não preferiu esta prática por entender que a audiência deste Poder é salutar à própria discussão da matéria e motivo ao Poder Legislativo a sua participação na administração.

Pelas razões alinhadas, Sr. Presidente, e sem que se pretenda polemizar, tão somente para nos colocarmos dentro do episódio e para que não se atribua ao Poder Executivo toda a culpa desta prática. O Estado do Paraná não inovou. O Estado do Paraná tem, como de resto as demais unidades da federação têm, uma Constituição que é “ipses-literis” à Constituição Federal para ser aplicada a nível estadual.

Quer me parecer que a delegação não é inconstitucional. Todavia, é matéria para que, no futuro, ocupe a mente dos eminentes Srs. Deputados. Na oportunidade, através de uma proposição específica analisaremos a constitucionalidade ou não da lei já existente como Projeto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo). A Mesa quer esclarecer que a emenda será votada e apreciada somente em 2ª discussão. Estamos, hoje, apreciando a constitucionalidade do projeto.

O SR. IVO THOMAZONI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Estava encerrando e regimentalmente não poderia conceder apartes. Peço ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino que me desculpe.

Sr. Presidente, quero crer que não há divergência de bancadas à maneira de encaminhamento da votação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo). Em votação o Projeto de Lei nº 184/75. – APROVADO.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acciolu Neto, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 143/75. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acciolu Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, ontem, do 23º aniversário do município de Peabirú. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando sejam enviadas fotocópias do Projeto de Lei nº 182/75, que trata da instituição do Sistema Euclides de Identificação, aos Órgãos da República e dos Estados. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, para que seja determinada a instalação de um Posto de Identificação, em São José dos Pinhais. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja determinada a extensão dos níveis 5º à 8º, no Grupo Escolar de Barro Preto, de São José dos Pinhais. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao município de Maringá, pela conquista de 1º lugar na Décima Nona Fase dos Jogos Abertos do Paraná, levada a efeito no período de 8 a 14 de corrente, na cidade de Paranavaí. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 134/75, 135/75,

136/75, 137/75, 138/75, 139/75, 140/75, 164/75, 173/75, 177/75.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 154/75, 155/75, 156/75, 157/75, 158/75, 159/75, 160/75, 161/75, 162/75, 163/75, 165/75, 166/75, 167/75, 168/75, 169/75, 170/75, 171/75, 172/75, 178/75, 179/75, 180/75, 181/75, 182/75, 183/75, 184/75, 185/75, 186/75, 187/75, 188/75, 189/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 190/75, 191/75, 192/75, 193/75, 194/75, 195/75, 196/75, 197/75, 198/75, 199/75, 200/75, 202/75, 204/75, 206/75, 207/75, 208/75, 209/75, 210/75, 211/75, 212/75, 213/75, 214/75, 215/75, 216/75, 217/75, 218/75, 219/75, 220/75, 221/75, 222/75, 223/75, 224/75, 225/75, 226/75, 227/75, 228/75, 229/75, 230/75, 231/75, 232/75, 233/75, 234/75, 235/75, 236/75, 237/75, e de Lei nº 184/75.

Levanta-se a SESSÃO.